Parceria prevê capacitação de gestores e analistas de fundos

O Ministério da Previdência Social e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmaram, nesta quinta-feira (12), uma parceria voltada para a capacitação de gestores e analistas de fundos de pensão em investimentos sustentáveis.

A cooperação técnica e educacional será direcionada aos profissionais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) e pretende ampliar a capacidade de análise de riscos das instituições, incorporando critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) às decisões de investimento.

A iniciativa busca alinhar os investimentos previdenciários ao cenário de transição ecológica e aos impactos das mudanças climáticas.

“Desde a COP30, a Previdência Social tem se debruçado sobre o impacto socioambiental nos investimentos dos fundos de pensão e esta é uma ação concreta para mudar a realidade dos investimentos”, disse o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz.

“É natural que os gestores se preocupem com a sustentabilidade financeira, mas hoje é indispensável acrescentar essa análise diante de um cenário de impactos climáticos e energia renovável”.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que a instituição já possui experiência consolidada no tema e poderá compartilhar esse conhecimento com os gestores previdenciários.

“O BNDES consolidou-se como uma referência global em financiamento sustentável e análise de riscos climáticos. Nossa expertise está à disposição dos fundos de pensão para que eles possam identificar projetos robustos em energia limpa e infraestrutura verde, garantindo rentabilidade com responsabilidade social e ambiental”, disse Mercadante.

Segundo o presidente, o banco é considerado o maior financiador de energia renovável do mundo e de ônibus elétricos na América Latina. Desde 2023, a instituição afirma ter mobilizado R$ 7 bilhões para projetos de conservação, recuperação e manejo de florestas, equivalentes ao plantio de cerca de 280 milhões de árvores.

Sem caráter regulatório

A iniciativa será conduzida pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O objetivo é ampliar o conhecimento técnico dos gestores, sem impor mudanças regulatórias ou obrigatórias às entidades.

A cooperação terá caráter informativo e orientativo, preservando a autonomia das entidades na gestão de suas carteiras de investimento.

Atualmente, **os fundos de pensão brasileiros administram mais de R$ 1 trilhão em ativos.** A aproximação desses recursos com projetos ligados à transição ecológica é vista pelo governo como um fator estratégico para ampliar o financiamento de longo prazo da economia.

A iniciativa também está alinhada à Resolução CMN nº 5.202/2025, que orienta a inclusão de fatores ambientais, sociais e de governança na análise de riscos dos investimentos realizados por fundos de previdência complementar.

Fonte: Agência Brasil, em 13.03.2026